

Índice

5. Gerenciamento de riscos e controles internos

5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos	1
5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado	2
5.3 - Descrição - Controles Internos	3
5.4 - Alterações significativas	4

10. Comentários dos diretores

10.1 - Condições financeiras/patrimoniais	5
10.2 - Resultado operacional e financeiro	9
10.3 - Efeitos relevantes nas DFs	18
10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases	19
10.5 - Políticas contábeis críticas	20
10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs	24
10.7 - Coment. s/itens não evidenciados	26
10.8 - Plano de Negócios	27
10.9 - Outros fatores com influência relevante	28

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos**A Emissora atua no mercado brasileiro estando sujeita, portanto, às condições econômicas e riscos relacionados ao Brasil.**

A execução da Política Fiscal e Monetária do Governo Federal influencia significativamente os impactos nos preços internos e estes impactos não podem ser assegurados pela companhia quanto ao repasse para a tarifa de pedágio, o que pode provocar desequilíbrios importantes no resultado da companhia.

Eventuais ajustes nos impostos para cobrir déficits públicos podem reduzir a rentabilidade da companhia, assim como instabilidade e/ou pressão no cenário político que posterguem decisões importantes para a manutenção do equilíbrio econômico financeiro do contrato de concessão.

A atuação do Governo na gestão dos impactos internos frente a crises internacionais pode desequilibrar a relação de preços interna, assim como afetar a produção de bens e serviços, impactando diretamente no volume de veículos pedagiados e no custo de produção dos serviços oferecidos aos usuários. A Companhia não pode garantir que sua performance econômica e financeira será mantida pelo grau de incerteza que estes impactos trarão à formatação e aplicação do valor da tarifa e da quantidade de veículos pagantes.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado

A Companhia não atua no mercado de derivativos e sua Política é de maximização do pagamento de dividendos e da remuneração das debêntures, concentrando suas aplicações o curto prazo, em papéis de pouco risco, não realizando operações de Hedge.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

A praça de pedágio PN2, localizada no Km 71, em Teresópolis, teve sua cobrança suspensa temporariamente pela ANTT em setembro de 2009. A ANTT também suspendeu temporariamente a implantação da praça de pedágio PN3, no Km 14, no município de Sapucaia, próxima a divisa entre os Estados do Rio de Janeiro e Minas Gerais.

O reequilíbrio econômico e financeiro destas duas praças vinha sendo realizado através do reajuste da tarifa básica de pedágio até setembro de 2012. Em setembro de 2013 e em setembro de 2014 a ANTT decidiu pelo reajuste zero da tarifa básica de pedágio, o que gerou um desequilíbrio econômico-financeiro momentâneo do contrato.

A Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) por meio da Deliberação nº 241 de 29/08/2014, reconhece o desequilíbrio econômico-financeiro do contrato da CRT, encaminha para apreciação do Ministério dos Transportes e determina a formatação de termo aditivo pela CRT para reequilíbrio do Contrato. A ANTT reiterou que o contrato de concessão será respeitado e que os desequilíbrios apontados serão devidamente reequilibrados por meio dos instrumentos disponíveis e previstos no contrato, tendo encaminhado as alternativas propostas para manifestação do Ministério dos Transportes.

Os acionistas, os investidores e a administração da companhia acreditam no cumprimento do contrato em vigor e nas soluções legais previstas neste, para a solução favorável do desequilíbrio acima.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Alterações significativas

Não há outras informações relevantes a serem divulgadas.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

10.1 Condições financeiras e patrimoniais gerais

A Diretoria da Companhia entende que sua atual estrutura financeira e patrimonial é suficiente para desenvolver as atividades estabelecidas no contrato que regula a concessão. O atual perfil patrimonial da Companhia é adequado para cumprir suas obrigações de curto prazo, lhe fornecendo plenas condições de lidar com as dívidas de médio prazo, bem como de contratar novos endividamentos no mercado que sejam necessários para a execução de suas atividades.

Todas as operações da Companhia são realizadas no Brasil, razão pela qual seus resultados operacionais e situação financeira são diretamente afetados pelas condições econômicas gerais do Brasil, em especial, pelas taxas de inflação, taxas de juros, políticas governamentais, flutuações do câmbio e políticas tributárias.

Estrutura de capital e possibilidade de resgate de ações ou quotas

A Diretoria entende que adota uma política financeira conservadora em seus níveis de alavancagem, sem exposição dos níveis da composição atual. A companhia teve seu *rating* mantido em novembro de 2014 em **AA (bra)** pela agência classificadora de risco "Fitch Ratings", o que corrobora nosso baixo grau de exposição.

Quanto ao resgate de ações, a companhia não possui ações resgatáveis e/ou em circulação e nem previsão de realização de tal evento, nos termos do estatuto em vigor.

Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

Considerando o perfil do endividamento da Companhia, o nosso fluxo de caixa e nossa posição de liquidez, bem como os projetos em implantação, acreditamos ter liquidez e recursos de capital suficientes para cobrir os investimentos, despesas, dívidas e outros valores a serem pagos nos próximos anos, embora não seja possível assegurar que tais condições manter-se-ão inalteradas ao longo do tempo. Caso a Companhia entenda necessário contrair empréstimos para financiar nossos investimentos e aquisições, acreditamos ter capacidade para contratá-los atualmente.

Caso seja necessária a cobertura de deficiência de liquidez, a Companhia fará uso de linhas de crédito oferecidas pelos seus bancos de relacionamento, bem como da emissão de instrumentos de dívida tais como notas promissórias ou debêntures. Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade para oferecer retorno aos acionistas e debenturistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo. Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a Companhia pode rever, momentaneamente, a política de pagamento de dividendos e remuneração de debenturistas. A Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos e financiamentos (incluindo empréstimos de curto e longo prazo, conforme demonstrado no balanço patrimonial), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial, com a dívida líquida.

Em 2014, a estratégia da Companhia, que ficou inalterada em relação à de 2013, foi a de manter o índice de alavancagem financeira abaixo de 0,40. Os índices de alavancagem financeira em, 31 de dezembro de 2014 e de 2013 podem ser assim sumariados:

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Debêntures (Nota 18)	13.686	10.461
Total dos empréstimos (Nota 14)	69.656	71.502
Caixa e equivalente de caixa (Nota 5)	<u>(26.706)</u>	<u>(12.042)</u>
Dívida líquida	56.636	69.921
Total do patrimônio líquido	<u>156.347</u>	<u>131.549</u>
Total do capital	<u>212.983</u>	<u>201.470</u>
Índice de alavancagem financeira	<u>0,27</u>	<u>0,35</u>

Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes utilizadas

A Companhia mantém linhas de crédito pré-aprovadas com as principais instituições financeiras do País, para eventual necessidade de capital de giro emergencial.

Empréstimos e Financiamentos (em R\$ mil)

Com relação aos níveis de endividamento, a companhia possui financiamento de longo prazo obtido junto ao BNDES para financiar as obras na rodovia, cujas condições são descritas a seguir:

	<u>2014</u>		<u>2013</u>	
	Curto	Longo	Curto	Longo
	Prazo	Prazo	Prazo	Prazo
BNDES	<u>15.078</u>	<u>54.578</u>	<u>10.571</u>	<u>60.931</u>

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

As parcelas relativas ao principal dos financiamentos no passivo não circulante apresentam os seguintes vencimentos:

	2014	2013
2016	19.933	31.357 (*)
2017	16.757	14.727
2018	16.793	9.377
2019	1.095	5.470
Total Longo Prazo	54.578	60.931

(*) inclui R\$ 13.491 referente ao ano de 2015.

Grau de subordinação entre as dívidas.

Não há nenhum tipo de subordinação entre as dívidas existentes.

Eventuais restrições impostas a Companhia, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário.

Os contratos acima possuem as seguintes garantias:

- i. Cartas de fianças emitidas pelo Bradesco S.A. com vencimentos em 22 de agosto de 2013, substituída por novas cartas de fianças, cujos vencimentos ocorrerão em 10 de abril de 2016;
- ii. Nota Promissória emitida pelo Banco ABC Brasil S.A com vencimento à vista e prazo de apresentação para pagamento de até 08 (oito) anos contados da data de sua emissão em 20/08/2012;
- iii. Cessão fiduciária de créditos, criação de conta reserva no valor correspondente a 3 (três) PMT's e penhor de 15,37%, das ações da Concessionária em poder dos seguintes intervenientes: Investimentos e Participações em Infraestrutura S/A – INVEPAR, CCNE Carioca Concessões S/A, STRATA Construções e Concessionárias Integradas S/A e Queiroz Galvão Participações e Concessões S/A.

O contrato de empréstimo firmado em dezembro de 2013 está sujeito a cláusulas restritivas. As principais resumidas são:

- Não conceder mútuos a qualquer acionista, sem prévia e expressa autorização do BNDES;

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

- Não apresentar sem prévia e expressa autorização do BNDES saldo devedor que represente mais de 15% da receita bruta da companhia. Ficam excluídos do cômputo a que se refere esta cláusula os valores referentes à contratação de financiamentos cuja finalidade seja exclusivamente a aquisição de equipamentos para operação da beneficiária; ao saldo devedor referente ao crédito decorrente desse contrato; à contratação de financiamento junto ao BNDES e ao BNDES Automático; à emissão de debêntures.
- Durante a vigência do contrato, não realizar distribuição de dividendos acima do mínimo obrigatório, quando a relação entre Patrimônio Líquido e Passivo Total for inferior a 20% ou índice de cobertura do serviço da dívida (ICSD) for inferior a 1,3.
- IV – Requerer prévia e expressa anuência do BNDES para alteração no seu quadro acionário vigente a data de assinatura do presente contrato que implique no ingresso de novo acionista com participação igual ou superior a 20% do capital social da beneficiária.

A CRT comprovou a inexistência de fato de natureza econômico-financeira que, conforme critério do BNDES pudesse comprometer a execução do empreendimento ora financiado, de forma a alterá-lo ou impossibilitar sua realização, nos termos previstos no projeto aprovado pelo BNDES.

Os financiamentos obtidos junto ao BNDES têm sua liberação à medida que a companhia comprova os pagamentos realizados aos fornecedores e da apresentação do cronograma físico-financeiro realizado e previsto.

Limites de utilização dos financiamentos já contratados

Em 2009 obtivemos financiamento junto ao BNDES no valor de R\$ 51,8M para realização das obras previstas na rodovia no período 2008-2012. Em maio finalizamos a fase de captação. O saldo a ser amortizado até setembro de 2019 é de R\$ 24,4M.

Em 2012 realizamos o financiamento da construção da Balança Fixa localizada no Km 131 e de parte da Ampliação da Capacidade da Subida da Serra (Trecho 2B), através da operação BNDES Automático, que tem como agente financeiro o Banco ABC BRASIL S.A., no valor de R\$ 9,5M. Em junho de 2013 finalizamos a fase de captação. O saldo a ser amortizado até setembro de 2017 é de R\$ 7M.

Em 2013 obtivemos financiamento junto ao BNDES, destinado à realização de obras de ampliação, modernização e recuperação estrutural da Rodovia BR-116, trecho Além Paraíba – Teresópolis – Entroncamento BR-040, relativas ao período de 2012 a 2014, com destaque para construção da terceira faixa da Serra de Teresópolis, no valor de R\$ 52.7M. Deste montante, já foram liberados R\$ 37.7M.

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

Desempenho econômico-financeiro

Pelo segundo ano consecutivo, não houve reajuste da tarifa básica de pedágio. No entanto a ANTT reconheceu, através da Resolução nº 241 de 29/08/2014, o desequilíbrio do contrato de concessão da CRT, provocado por dois anos sem reajuste de tarifa para compensar a não implantação da praça de pedágio de PN3 e a suspensão da praça de pedágio de PN2.

A companhia, como forma de reequilíbrio no ano, reprogramou uma série de investimentos previstos no PER, permitindo um Fluxo de Caixa saudável em 2014, resultante também de esforços na redução de custos.

O tráfego de veículos equivalentes de 2014 apresentou crescimento de 6,0% em relação a 2013. Este crescimento deve-se ao bom desempenho dos veículos leves, que cresceram 9,5%, assim como dos veículos pesados, que superaram 2013 em 3,9%.

Apesar do reajuste zero da tarifa básica, a receita operacional da companhia foi superior a de 2013 em R\$ 11.238, o que representa um aumento de 5,9%, devido ao crescimento do tráfego.

Foi apurada como receita de construção R\$ 28.409 sem qualquer impacto no resultado, uma vez que este montante é totalmente anulado com os custos de construção e a adoção de margem zero para os serviços de construção.

Os custos operacionais e as despesas administrativas, expurgados os efeitos de provisões de contingências, superaram os de 2013 em R\$ 6.844 (+11,7%).

O crescimento deve-se, principalmente, a maior despesa com pessoal (R\$ 2.158), em decorrência do reajuste salarial, crescimento nos custos com alimentação, aumento da sinistralidade do seguro saúde e rescisões trabalhistas; ao crescimento dos serviços de conservação viária (R\$ 2.826), já que o cronograma de 2013 foi prejudicado pelas chuvas; locação de equipamentos para gestão do tráfego da rodovia nas obras da serra e atualização contratual de diversos Serviços.

Deve-se destacar a redução do custo com o seguro da rodovia (-18%), obtido com a renovação da apólice.

Como consequência dos fatos citados acima, o EBITDA foi superior ao de 2013 em 2,9%.

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro**Demonstrativo de Resultados**

DESCRIÇÃO	2014	2013	Δ%
Veículos equivalentes	16.879	15.920	6,0%
Receita operacional líquida	213.284	218.212	-2,3%
Receitas operacionais	201.519	190.281	5,9%
PIS, COFINS, ISS e outros	(17.557)	(16.526)	6,2%
Outras receitas	913	774	18,0%
Receita de construção	28.409	43.683	-35,0%
Custos e despesas	(94.604)	(102.844)	-8,0%
Custos e despesas	(61.917)	(55.274)	12,0%
Provisões diversas	(722)	(532)	35,7%
Ônus da concessão	(3.556)	(3.355)	6,0%
Custo de construção	(28.409)	(43.683)	-35,0%
EBITDA	118.680	115.368	2,9%
<i>EBITDA/receita líquida</i>	<i>55,64%</i>	<i>52,87%</i>	<i>2,77 p.p.</i>
Depreciações e amortizações	(23.205)	(18.458)	25,7%
Despesas financeiras líquidas ¹	(21.354)	(19.919)	7,2%
Lucro antes i. renda	74.121	76.991	-3,7%
Imposto de renda/contribuição social ²	(24.924)	(26.553)	-6,1%
Lucro líquido	49.197	50.438	-2,5%
Lucro líquido/receita líquida	23,07%	23,11%	-0,04 p.p.
Receita líquida ajustada³	184.875	174.527	5,9%
EBITDA ajustado⁴	118.680	115.368	2,9%
Margem EBITDA ajustada	64,19%	66,10%	-1,91 p.p.

¹ Inclui remuneração das debêntures² Contém R\$ 447 de Incentivos fiscais (Lei Rouanet em 2014)³ Exclui receita de construção⁴ Exclui receita e custo de construção**Descrição de quaisquer componentes importantes da receita**

As receitas operacionais da companhia são constituídas por receitas de pedágio e outras fontes de receita. A tarifa básica de pedágio aplicável é especificada no contrato de concessão e é reajustada anualmente em setembro.

As tarifas de pedágio são definidas por categoria de veículo, em decorrência dos desgastes físicos diferenciados que provocam à rodovia.

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

A tarifa cobrada de cada categoria é o resultado do produto da tarifa básica, calculada conforme descrito anteriormente, pelo fator multiplicador da tarifa correspondente a cada tipo de veículo, conforme tabela a seguir:

CATEGORIA	TIPO DE VEÍCULO	Tarifa Básica (Em reais)		12,20	8,50
		EIXOS	RODAGEM	PRAÇAS DE PEDÁGIO	PRINCIPAIS AUXILIARES
1	automóvel, caminhonete e furgão	2	simples	12,20	8,50
2	caminhão leve, ônibus, caminhão-trator e furgão	2	dupla	24,40	17,00
3	automóvel com semi-reboque e caminhonete com semi-reboque	3	simples	18,30	12,75
4	caminhão, caminhão-trator, caminhão- trator com semi-reboque e ônibus	3	dupla	36,60	25,50
5	automóvel com reboque e caminhonete com reboque	4	simples	24,40	17,00
6	caminhão com reboque e caminhão-trator com semi-reboque	4	dupla	48,80	34,00
7	caminhão com reboque e caminhão-trator com semi-reboque	5	dupla	61,00	42,50
8	caminhão com reboque e caminhão-trator com semi-reboque	6	dupla	73,20	51,00
9	caminhão com reboque e caminhão-trator com semi-reboque	7	dupla	85,40	59,50
10	caminhão com reboque e caminhão-trator com semi-reboque	8	dupla	97,60	68,00
11	motocicletas, motonetas e bicicletas motorizadas	2	simples	6,10	4,25

- Praça Principal Engenheiro Pierre Berman - Km 133,5 (Bongaba) - Cobrança bidirecional;
- Praça Auxiliar Santa Guilhermina - Km 122,0 (Santa Guilhermina) - Cobrança bidirecional (apenas para quem sai da BR-493 (Magé-Manilha) e vai para Teresópolis ou vice-versa);
- Praça Auxiliar Santo Aleixo - Km 114,0 (Santo Aleixo) - Cobrança bidirecional (apenas para quem sai da BR-493 (Magé-Manilha) e vai para Teresópolis ou vice-versa.);
- Praça Principal de Três Córregos - Km 71 (Três Córregos) - Cobrança suspensa desde 02/09/2009 por determinação da ANTT.

De acordo com o contrato de concessão celebrado com o poder concedente, outras fontes de receita podem complementar as receitas oriundas da cobrança de pedágio, tais como: (i) receitas de cobranças de manutenção de acessos às rodovias por empresas que estejam localizadas às margens da área de concessão, (ii) receitas recebidas de empresas, exceto de energia elétrica, pela ocupação das faixas laterais da rodovia (faixa de domínio) pela passagem de dutos, cabos de fibra ótica, etc., e (iii) receitas de publicidade não vedada em lei. No entanto, estas receitas são descontadas no reajuste anual da tarifa básica de pedágio (modicidade da tarifa) não gerando nenhum ganho econômico para a concessionária.

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro**ANÁLISE HORIZONTAL****CONCESSIONÁRIA RIO TERESÓPOLIS S.A. - CRT**

Balanço Patrimonial

(Em milhares de reais, exceto coluna de percentual, base 100 = 2012)

ATIVO	2012	%	2013	%	2014	%
CIRCULANTE						
Caixas e Equivalentes de Caixa	6.115	100,00	12.042	96,93	26.706	336,73 ¹
Aplicações Financeiras	-	-	1.049	-	-	100,00
Créditos a receber	10.181	100,00	9.978	-1,99	12.007	17,94 ²
Créditos a receber de partes relacionadas	-	100,00	808	0,00	823	100,00 ³
Estoques	322	100,00	639	98,45	390	21,12 ⁴
Despesas Antecipadas	2.977	100,00	2.466	-17,16	2.236	-24,89 ⁵
Indenizações a receber	1.042	100,00	3.873	271,69	3.458	231,86 ⁶
Outros						
Total do Ativo Circulante	20.637	100,00	30.855	49,51	45.620	121,06
NÃO CIRCULANTE						
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO						
Aplicações Financeiras	-	100,00			1.760	100,00
Depósitos Judiciais	1.938	100,00	1.932	-0,31	2.047	5,62
Outras Contas a Receber	1.085	100,00	1.728	59,26	1.274	17,42 ⁷
Imobilizado	3.445	100,00	4.992	44,91	5.821	68,97 ⁸
Intangível	172.747	100,00	199.821	15,67	206.913	19,78 ⁹
Total do Ativo não Circulante	179.215	100,00	208.473	16,33	217.815	21,54
TOTAL DO ATIVO	199.852	100,00	239.328	19,75	263.435	31,82
PASSIVO	2012	%	2013	%	2014	%
CIRCULANTE						
Empréstimos e Financiamentos	9.075	100,00	10.571	16,48	15.078	66,15 ¹⁰
Debêntures	5.870	100,00	2.793	-52,42	6.018	2,52
Fornecedores	1.391	100,00	1.388	-0,22	3.367	142,06 ¹¹
Provisão para Manutenção	320	100,00	285	-10,94	236	-26,25 ¹²
Impostos Taxas e Cont. a Pagar	10.973	100,00	10.859	-1,04	7.276	-33,69 ¹³
Salários, Provisões e Cont. Sociais	3.478	100,00	3.904	12,25	3.863	11,07 ¹⁴
Outras Contas a Pagar	6.188	100,00	2.767	-55,28	1.999	-67,70 ¹⁵
Total do Passivo Circulante	37.295	100,00	32.567	-12,68	37.837	1,45
NÃO CIRCULANTE						
EXIGÍVEL A LONGO PRAZO						
Empréstimos e Financiamentos	39.490	100,00	60.931	54,29	54.578	38,21 ¹⁶
Debêntures	7.668	100,00	7.668	0,00	7.668	0,00
Provisão para Manutenção	2.134	100,00	1.839	-13,82	1.544	-27,65 ¹⁷
Obrigações legais s/ proc. judiciais	2.363	100,00	2.766	17,05	3.243	37,24 ¹⁸
Imposto de Renda e CSL Diferidos	1.630	100,00	2.008	23,19	2.218	36,07 ¹⁹
Total do Passivo não Circulante	53.285	100,00	75.212	41,15	69.251	29,96
PATRIMÔNIO LÍQUIDO						
Capital Social	54.400	100,00	63.320	16,40	72.470	33,22 ²⁰
Reservas de Capital	7.801	100,00	7.836	0,45	5.024	-35,60 ²¹
Reservas de Lucro	47.071	100,00	60.393	28,30	78.853	67,52 ²²
Total do Patrimônio Líquido	109.272	100,00	131.549	20,39	156.347	43,08
TOTAL DO PASSIVO	199.852	100,00	239.328	19,75	263.435	31,82

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

1. Aumento do saldo devido principalmente à postergação de alguns investimentos e a captação de MR\$ 7,7 provenientes do financiamento de obras contratado junto ao BNDES.
2. Variação devida ao aumento no fluxo de veículos da pista automática, cujo recebimento se dá no sistema pós-pago que pode atingir até 45 dias.
3. Crédito referente à passagem de veículos na pista automática de usuários da operadora PEX que compõe o grupo econômico INVEPAR.
4. Redução do saldo do Estoque em relação a 2013 em função da paralização temporária das obras de reconstrução do pavimento em função das festas de final de ano, o que demandou menor quantidade de matéria prima para a produção de asfalto.
5. Diminuição do saldo em função da redução do custo do seguro da rodovia por ocasião da renovação da apólice.
6. Crescimento do saldo a receber das seguradoras de regulação ainda em curso.
7. Redução do saldo a receber das seguradoras, referente a indenizações a usuários (ações cíveis).
8. Obras realizadas e/ou iniciadas destacando-se: construção da nova Base Operacional no Km 105, modernização das instalações da administração e da engenharia, aquisição de veículos administrativos e projetos de Tecnologia da Informação.
9. Obras realizadas e/ou iniciadas destacando-se: reconstrução do pavimento rígido e flexível, implantação de drenagem profunda; execução de fresagem e CBUQ e realização de contenções diversas ao longo da rodovia.
10. Os valores transferidos do Longo Prazo foram superiores as amortizações dos financiamentos, já que o financiamento BNDES III ainda está dentro do prazo da carência.
11. O saldo de fornecedores apresentado em 2014 apresenta crescimento em função da execução das obras de reconstrução do pavimento e implantação de drenagem profunda, que foram intensificadas no último trimestre do ano.
12. Redução do saldo em função da execução dos serviços de manutenção do pavimento.
13. O ano de 2014 apresenta menor saldo em função do crescimento dos custos com amortização e depreciação e com a remuneração das debêntures, o que provocou a redução da base de cálculo dos impostos.
14. Variação devida aos reajustes salariais.
15. A variação do saldo deve-se a redução das retenções contratuais, em função do menor volume de obras.
16. Aumento do saldo em função das captações do financiamento BNDES III que somam MR\$ 37,7, sendo MR\$ 30 captados em 2013 e MR\$ 7,7 captados em 2014.
17. Redução do saldo em função da execução dos serviços de manutenção do pavimento.
18. Em conformidade com os relatórios elaborados pelos consultores jurídicos, houve aumento dos valores provisionados referentes a ações cíveis e trabalhistas.
19. Reconhecimento da diferença da amortização entre taxa x tempo e das despesas com juros s/financiamento dos investimentos realizados.
20. Aumento realizado para atender cláusula 307, seção XLIX do Contrato de Concessão.
21. A variação no saldo da rubrica foi utilizada para aumento do Capital Social.
22. Crescimento no resultado da Companhia e limitação de sua distribuição a título de dividendos e de remuneração de debenturistas, face às necessidades de investimentos para atender ao Contrato de Concessão.

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro**ANÁLISE VERTICAL****CONCESSIONÁRIA RIO TERESÓPOLIS S.A - CRT**

Balanço Patrimonial

(Em milhares de reais, exceto coluna de percentual, base 100 = 2012)

ATIVO	2012	%	2013	%	2014	%
CIRCULANTE						
Caixas e Equivalentes de Caixa	6.115	3,06	12.042	5,03	26.706	10,14
Aplicações Financeiras	-	-	1.049	0,44	-	-
Créditos a receber	10.181	5,09	9.978	4,17	12.007	4,56
Créditos a receber de partes relacionadas	-	-	808	0,34	823	0,31
Estoques	322	0,16	639	0,27	390	0,15
Despesas Antecipadas	2.977	1,49	2.466	1,03	2.236	0,85
Indenizações a receber	1.042	0,52	3.873	1,62	3.458	1,31
Total do Ativo Circulante	20.637	10,33	30.855	12,89	45.620	17,32
NÃO CIRCULANTE REALIZÁVEL A LONGO PRAZO						
Aplicações Financeiras					1.760	0,67
Depósitos Judiciais	1.938	0,97	1.932	0,81	2.047	0,78
Outras Contas a Receber	1.085	0,54	1.728	0,72	1.274	0,48
Imobilizado	3.445	1,72	4.992	2,09	5.821	2,21
Intangível	172.747	86,44	199.821	83,49	206.913	78,54
Total do Ativo não Circulante	179.215	89,67	208.473	87,11	217.815	82,68
TOTAL DO ATIVO	199.852	100,00	239.328	100,00	263.435	100,00
PASSIVO	2012	%	2013	%	2014	%
CIRCULANTE						
Empréstimos e Financiamentos	9.075	4,54	10.571	4,42	15.078	5,72
Debêntures	5.870	2,94	2.793	1,17	6.018	2,28
Fornecedores	1.391	0,70	1.388	0,58	3.367	1,28
Provisão para Manutenção	320	0,16	285	0,12	236	0,09
Impostos Taxas e Cont. a Pagar	10.973	5,49	10.859	4,54	7.276	2,76
Salários, Provisões e Cont. Sociais	3.478	1,74	3.904	1,63	3.863	1,47
Outras Contas a Pagar	6.188	3,10	2.767	1,16	1.999	0,76
Total do Passivo Circulante	37.295	18,66	32.567	13,61	37.837	14,36
NÃO CIRCULANTE EXIGÍVEL A LONGO PRAZO						
Empréstimos e Financiamentos	39.490	19,76	60.931	25,46	54.578	20,72
Debêntures	7.668	3,84	7.668	3,20	7.668	2,91
Provisão para Manutenção	2.134	1,07	1.839	0,77	1.544	0,59
Obrigações legais s/ proc. judiciais	2.363	1,18	2.766	1,16	3.243	1,23
Imposto de Renda e CSL Diferidos	1.630	0,82	2.008	0,84	2.218	0,84
Total do Passivo não Circulante	53.285	26,66	75.212	31,43	69.251	26,29
PATRIMÔNIO LÍQUIDO						
Capital Social	54.400	27,22	63.320	26,46	72.470	27,51
Reservas de Capital	7.801	3,90	7.836	3,27	5.024	1,91
Reservas de Lucro	47.071	23,55	60.393	25,23	78.853	29,93
Total do Patrimônio Líquido	109.272	54,68	131.549	54,97	156.347	59,35
TOTAL DO PASSIVO	199.852	100,00	239.328	100,00	263.435	100,00

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro**ANÁLISE HORIZONTAL****CONCESSIONÁRIA RIO TERESÓPOLIS S.A - CRT**

Demonstrações do Resultado

(Em milhares de reais, exceto coluna de percentual, base 100 = 2012)

	2012	%	2013	%	2014	%	
Receita de Serviços	162.142	100,00	173.821	107,20	184.087	113,53	¹
Receita extraordinária	478	100,00	399	83,47	754	157,74	²
Receita de Construção	40.537	100,00	43.683	107,76	28.409	70,08	³
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	203.157	100,00	217.903	107,26	213.250	104,97	
Custo dos Serviços	(50.055)	100,00	(56.577)	113,03	(66.403)	132,66	⁴
Custo de construção	(40.537)	100,00	(43.683)	107,76	(28.409)	70,08	⁵
LUCRO BRUTO	112.565	100,00	117.643	104,51	118.438	105,22	
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS							
Gerais e Administrativas	(15.462)	100,00	(18.573)	120,12	(20.371)	131,75	⁶
Depreciações e Amortizações	(526)	100,00	(596)	113,31	(763)	145,06	⁷
Participação de Empregados	(1.748)	100,00	(1.700)	97,25	(2.308)	132,04	⁸
Outras Receitas (despesas) Operacionais - Líquidas	25	100,00	32	128,00	32	128,00	
LUCRO (PREJUÍZO) OPERACIONAL	94.854	100,00	96.806	102,06	95.028	100,18	
RESULTADO FINANCEIRO:							
Receitas Financeiras	572	100,00	714	124,83	2.746	480,07	⁹
Despesas Financeiras	(3.248)	100,00	(4.370)	134,54	(4.118)	126,79	¹⁰
Remuneração de Debenturistas	(17.308)	100,00	(16.263)	93,96	(19.982)	115,45	
Total Resultado Financeiro	(19.984)	100,00	(19.919)	99,67	(21.354)	106,86	
LUCRO (PREJUÍZO) OPERACIONAL ANTES DOS IMPOSTOS	74.870	100,00	76.887	102,69	73.674	98,40	
Imposto de renda e contribuição social	(26.491)	100,00	(26.451)	99,85	(24.477)	92,40	¹¹
Total	(26.491)	100,00	(26.451)	99,85	(24.477)	92,40	
LUCRO DO EXERCÍCIO	48.379	100,00	50.436	104,25	49.197	101,69	

Notas:

1. O Faturamento da companhia foi impactado pelo reajuste 8,4% aprovado em 03/09/2012 e pelo crescimento do tráfego de 2014 da ordem de 7,4% em relação a 2012.
2. As variações devem-se aos reajustes anuais e ao novo contrato firmado em 2014 com a EMBRATEL para passagem de fibra ótica entre os km 54 e o KM 79+656,74.
3. Com a adoção das novas práticas contábeis, foi apurada como receita de construção MR\$ 28 sem qualquer impacto no resultado, uma vez que este montante é totalmente anulado com os custos de construção e a adoção de margem zero para este tratamento.
4. Os custos de 2013 foram impactados pelo início da operação da balança fixa no Km 131 e pelo aumento de MR\$ 4,8 (+32,6%) em relação a 2012 com custos de amortização, em função da conclusão de importantes investimentos como o Trecho II da Terceira Faixa da Serra, a Balança Fixa do km 131 e a Rua Lateral de Parada Modelo. Em 2014 os custos apresentam crescimento em relação a 2013 devido a:

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

maior despesa com pessoal, decorrência do reajuste salarial; crescimento nos custos com alimentação; aumento da sinistralidade do seguro saúde; crescimento dos serviços de conservação viária, já que o cronograma de 2013 foi prejudicado pelas chuvas; adequação dos contratos de Serviços de Guincho e a locação de equipamento de Vídeo Fuga, iniciada no segundo semestre de 2014.

5. Com a adoção das novas práticas contábeis, foi apurado como custo de construção o montante de MR\$ 28.
6. As despesas de 2013 foram impactadas por: constituição de provisão no valor de R\$ 532 mil, referentes a ações cíveis e trabalhistas; reajuste salarial, adequação do contrato de segurança patrimonial, maior demanda de despesas ambientais e reajustes contratuais diversos. Em 2014 os custos apresentam crescimento em relação a 2013 devido a: constituição de provisão no valor de R\$ 722 mil, referentes a ações cíveis e trabalhistas, maior despesa com pessoal, como comentado anteriormente; contratação de consultoria para implantação do OBZ (Orçamento Base Zero) e reajustes contratuais diversos.
7. Aumento nas adições ao imobilizado devido a aquisição de equipamentos e veículos administrativos.
8. As variações devem-se aos reajustes anuais, e ao lançamento de R\$ 339 mil referentes ao complemento da PLR de 2013.
9. O item apresenta crescimento devido aos custos com o financiamento dos investimentos através do BNDES.
10. A remuneração de Debenturistas referente ao resultado de 2013 foi de MR\$ 16,3, 6,04% abaixo de 2012 (MR\$ 17,3). Em 2013, a companhia distribuiu 70% do resultado (contra 75,5% em 2012), conforme a política de distribuição aprovada pelo Conselho de Administração. Diferença provocada pela adequação a necessidade de caixa da companhia. Em 2014 a companhia distribuiu 75% do resultado e realizou um complemento de MR\$ 1,3 referente ao exercício de 2013, totalizando MR\$ 20, superando o ano anterior em 22,9%.
11. Constituição/realização de ativo/passivos diferidos e aumento no resultado do exercício.

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro**ANÁLISE VERTICAL****CONCESSIONÁRIA RIO TERESÓPOLIS S.A - CRT**

Demonstrações do Resultado

(Em milhares de reais, exceto coluna de percentual, base 100 = 2012)

	2012	%	2013	%	2014	%
Receita de Serviços (l)	162.142	79,81	173.821	79,77	184.087	86,32
Receita extraordinária	478	0,24	399	0,18	754	0,35
Receita de Construção (m)	40.537	19,95	43.683	20,05	28.409	13,32
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	203.157	100,00	217.903	100,00	213.250	100,00
Custo dos Serviços (n)	(50.055)	(24,64)	(56.577)	(25,96)	(66.403)	(31,14)
Custo de construção (o)	(40.537)	(19,95)	(43.683)	(20,05)	(28.409)	(13,32)
LUCRO BRUTO	112.565	(44,59)	117.643	(46,01)	118.438	(44,46)
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS						
Gerais e Administrativas	(15.462)	(7,61)	(18.573)	(8,52)	(20.371)	(9,55)
Depreciações e Amortizações	(526)	(0,26)	(596)	(0,27)	(763)	(0,36)
Participação de Empregados	(1.748)	(0,86)	(1.700)	(0,78)	(2.308)	(1,08)
Outras Receitas (despesas) Operacionais - Líquidas	25	0,01	32	0,01	32	0,02
LUCRO (PREJUÍZO) OPERACIONAL	94.854	(8,72)	96.806	(9,56)	95.028	(10,98)
RESULTADO FINANCEIRO:						
Receitas Financeiras	572	0,28	714	0,33	2.746	1,29
Despesas Financeiras (p)	(3.248)	(1,60)	(4.370)	(2,01)	(4.118)	(1,93)
Remuneração de Debenturistas (q)	(17.308)	(8,52)	(16.263)	(7,46)	(19.982)	(9,37)
Total Resultado Financeiro	(19.984)	(9,84)	(19.919)	(9,14)	(21.354)	(10,01)
LUCRO (PREJUÍZO) OPERACIONAL ANTES DOS IMPOSTOS	74.870	36,85	76.887	35,28	73.674	34,55
Imposto de renda e contribuição social	(26.491)	(13,04)	(26.451)	(12,14)	(24.477)	(11,48)
LUCRO DO EXERCÍCIO	48.379	23,81	50.436	23,15	49.197	23,07

10. Comentários dos diretores / 10.3 - Efeitos relevantes nas DFs

Os administradores não esperam a ocorrência de eventos capazes de produzirem efeitos relevantes nas demonstrações financeiras. Informamos, ainda, que: i) Não ocorreram alienações de segmento operacional; ii) Não houve constituição ou alienação de participação societária; iii) Não ocorreram operações não usuais e, iv) Em setembro/2013, devido as diversas manifestações populares ocorridas em todo país, a ANTT, a exemplo de outras agências reguladoras, decidiu pelo reajuste zero da tarifa básica de pedágio, naquele ano e manteve o valor da tarifa básica em 2014, sem concessão de reajuste; v) A adoção da lei dos caminhoneiros lei 13.103 de 02 de março de 2015 gerou significativo impacto na receita de pedágio da companhia, que deverá ser reequilibrado na tarifa de pedágio de forma a manter o equilíbrio econômico-financeiro do contrato. A ANTT está estudando o assunto.

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases

a) Em 2014 não houve mudança nas práticas contábeis adotadas pela Companhia, sendo que as mesmas políticas e práticas contábeis vêm sendo aplicadas consistentemente para todos os períodos apresentados nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2014, 2013 e 2012. A Companhia elabora suas Demonstrações Financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem as normas estabelecidas pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM em consonância com a Lei das Sociedades por Ações e os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC.

b) Não houve ressalvas do Auditor, tendo a Companhia atendida a legislação vigente.

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

Bases de preparação e apresentação das informações anuais

As Demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais incluem as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações e normas e procedimentos contábeis emitidos pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), em conjunto com a legislação específica emanada pela Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT.

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram baseadas em fatores objetivos, subjetivos e no julgamento da administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a seleção de vidas úteis do ativo imobilizado e de sua recuperabilidade nas operações, avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo e pelo método de ajuste a valor presente, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas e premissas pelo menos trimestralmente.

As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos ativos e passivos como instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo.

A Companhia adotou todas as normas, revisões de normas e interpretações emitidas pela CVM e CPC que estavam em vigor em 31 de dezembro de 2014.

A Companhia concentra suas atividades na exploração dos serviços previstos no contrato de concessão. A Companhia foi constituída com um propósito específico, possui uma única concessão e está organizada em uma única unidade de negócio.

Dentre as políticas contábeis mais relevantes, destacamos as seguintes:

1. Contratos de concessão - ICPC 01

A Companhia contabiliza o contrato de concessão conforme a Interpretação Técnica ICPC 01 – Contratos de Concessão emitida pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que especificam as condições a serem atendidas em conjunto para que as concessões públicas estejam inseridas em seu alcance. A infraestrutura dentro do alcance da ICPC 01 não é registrada como ativo imobilizado das concessionárias porque o contrato de concessão não transfere ao concessionário o direito de controle do uso da infraestrutura de serviços públicos. É prevista apenas a cessão de posse desses bens para prestação de serviços públicos, sendo eles revertidos ao poder concedente ao término do contrato de concessão. O concessionário tem acesso apenas para operar a infraestrutura para prestação dos serviços públicos em nome do poder concedente nos termos do contrato de concessão, atuando como prestador de serviço durante determinado prazo. O concessionário reconhece um intangível à medida que recebe

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

autorização (direito) de cobrar dos usuários do serviço público e não possui direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro do poder concedente.

A amortização do direito de exploração da infraestrutura é reconhecida no resultado do exercício de acordo com o prazo do respectivo contrato de concessão.

1.1. Receita de construção

Adicionalmente, considerando que a atividade da Companhia é alcançada pela ICPC 01, está sendo registrada receita de construção de acordo com os Pronunciamentos Técnicos CPC 17 – Contratos de Construção e CPC 30 – Receitas. Dessa forma, a Companhia contabiliza receitas e custos relativos à construção das infraestruturas utilizadas na prestação dos serviços, conforme destacado nas demonstrações de resultado. A Companhia entende que não há margem nas receitas de construção, uma vez que contrata de terceiros a totalidade das obras necessárias para o cumprimento de seus contratos e que o negócio da CRT é a operação e não a construção da infraestrutura de transportes.

1.2. Intangível

Refere-se ao valor da exploração do direito de concessão e direitos de uso de software, registrados ao custo de aquisição, e ativos relacionados à infraestrutura da concessão classificados como ativo intangível, em atendimento ao ICPC 01.

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados no reconhecimento inicial ao custo de aquisição e, posteriormente, deduzidos da amortização acumulada e perdas do valor recuperável, quando aplicável.

Os ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados de acordo com sua vida útil econômica estimada ou prazo de concessão, o que ocorrer primeiro e, quando são identificadas indicações de perda de seu valor recuperável, submetidos a teste para análise de perda no seu valor recuperável.

Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa do ativo.

1.3. Provisão para manutenção

A Companhia provisionou, quando aplicável, os gastos com manutenção pelo desgaste derivado do uso da infraestrutura, com base na melhor estimativa para liquidar a obrigação presente na data do balanço, em contrapartida de despesa do período para manutenção.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas informações anuais devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa suas estimativas e premissas pelo menos trimestralmente.

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

2. Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Companhia reconhece provisão para causas cíveis e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais, e os montantes não cobertos pelas Apólices de Seguro, quando aplicável.

3. Impostos

Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e época de resultados tributáveis futuros. A Companhia, quando aplicável, constitui provisões, com base em estimativas cabíveis, para possíveis consequências de auditorias por parte das autoridades fiscais. O valor dessas provisões baseia-se em vários fatores, como experiência de auditorias fiscais anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem surgir numa ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes.

Julgamento significativo da administração é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuras.

4. Valor justo de instrumentos financeiros

4.1. Reconhecimento inicial e mensuração

Os principais instrumentos financeiros da Companhia são representados pelo caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, créditos a receber, contas a pagar, debêntures, empréstimos e financiamentos. Os instrumentos são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo acrescido dos custos diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão, exceto os instrumentos financeiros classificados na categoria de instrumentos avaliados ao valor justo por meio do resultado, para os quais os custos são registrados no resultado do exercício.

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido de mercados ativos, é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. Os dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível, contudo, quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados, como por exemplo: risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade.

Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderiam afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros.

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

4.2. Custos de empréstimos

Custos de empréstimos diretamente relacionados com aquisição, construção ou produção de um ativo que requer um tempo significativo para ser concluído para fins de uso são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. Todos os demais custos de empréstimos são registrados em despesa no período em que são incorridos. Custos de empréstimo compreendem juros e outros custos incorridos por uma entidade relativos ao empréstimo.

4.3. Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento para os próximos cinco anos e não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como aos recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação.

5. Alterações e interpretações adotadas pela Companhia no Exercício

As seguintes normas e alterações de normas foram adotadas pela primeira vez para o exercício iniciado em 1o de janeiro de 2014 e tiveram impactos materiais para a Companhia

(i) Alteração ao CPC 01/IAS 36 - "Redução no Valor Recuperável de Ativos" sobre a divulgação do valor recuperável de ativos não financeiros. Essa alteração elimina determinadas divulgações do valor recuperável de Unidades Geradoras de Caixa (UGC) que haviam sido incluídas no IAS 36 com a emissão do IFRS 13.

(ii) ICPC 19/IFRIC 21 - "Tributos", trata da contabilização de obrigação de pagar um imposto se o passivo fizer parte do escopo do IAS 37 - "Provisões". A interpretação esclarece qual fato gerador da obrigação gera o pagamento de um imposto e quando um passivo deve ser reconhecido.

(iii) OCPC 07 - "Evidenciação na Divulgação dos Relatórios Contábil-financeiros de Propósito Geral", trata dos aspectos quantitativos e qualitativos das divulgações em notas explicativas, reforçando as exigências já existentes nas normas contábeis e ressaltando que somente as informações relevantes para os usuários das demonstrações financeiras devem ser divulgadas.

Outras alterações e interpretações em vigor para o exercício financeiro a ser iniciado em 1o de janeiro de 2014 não são relevantes para a Companhia.

10. Comentários dos diretores / 10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs

- a) A companhia acredita que o grau de eficiência dos controles internos para assegurar a elaboração das demonstrações financeiras é satisfatório. Anualmente são realizados investimentos para evolução das ferramentas de controle, tendo, a companhia, adquirido em 2007 um sistema integrado de informações (ERP) com previsão de implantação completa em 2014.
- b) Não foram apontadas pelo auditor externo no decorrer da execução dos trabalhos de auditoria das demonstrações financeiras, recomendações relevantes sobre o sistema de controle interno vigente.
- c) Sistema de Arrecadação – Controles Internos.

O sistema de arrecadação da CRT se baseia nos princípios de controles internos e segregação de responsabilidades.

c.1) Controle de acesso

- Possui funcionalidades específicas e cada usuário possui seu login e senha própria e intransferíveis.

Arrecadador - pode arrecadar e lançar seu numerário no final do turno.

Supervisor - permite emissão de relatórios para prestação de contas do arrecadador.

Auditor - permite a correção de transações dos arrecadadores através de imagens associadas.

c.2) Arquitetura

O sistema está dividido em três níveis: Nível 1 - Também chamado de nível de pista é composto pelo software TTPLUS e periféricos de automação comercial, para registro, classificação e detecção de imagens dos veículos passantes.

Nível 2 – Nível de supervisão, permite ao supervisor da praça de pedágio visualizar os status das cabines (online/off-line) e os funcionamentos dos periféricos de pista.

Backoffice – O nível gerencial possibilita a emissão dos relatórios de acompanhamento e controle de arrecadação, além das análises por imagens de transações das pistas pelo setor de auditoria. O novo sistema de integração com ERP está em fase de homologação, possibilitando a exportação do faturamento para processamento e contabilização da receita.

c.3) Operações

A área de operação controla o sistema nos níveis 1, 2 (operacional) onde ocorrem os processos de classificação de veículos, registro de numerários, preparação e de envio de malotes para o banco.

10. Comentários dos diretores / 10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs**c.4) Administração das contas a receber**

O setor financeiro também controla, via sistema, as contas a receber gerado pelos processos de meio eletrônico de pagamentos, Sem Parar, Conectar, Passe Expresso e Auto Expresso.

c.5) Auditoria de transações

O sistema tem como característica fundamental a segregação de responsabilidades. O setor de auditoria é responsável pelos processos de correções de transações através de imagens geradas pelo sistema.

10. Comentários dos diretores / 10.7 - Coment. s/itens não evidenciados

Não aplicável tendo em vista que a CRT não realizou nenhuma oferta pública no período coberto pelos últimos três exercícios sociais e tampouco no exercício social corrente.

10. Comentários dos diretores / 10.8 - Plano de Negócios

Não mantemos e não mantivemos quaisquer operações, contratos e/ou obrigações que não estejam ou não foram divulgadas no conteúdo de nossas demonstrações financeiras.

10. Comentários dos diretores / 10.9 - Outros fatores com influência relevante

Comentários não pertinentes, tendo em vista a inexistência de operações, contratos e/ou obrigações, como informado no item 10.8 desse formulário.